

# Policy Brief

Laura Melo Carvalho da  
Silva

Trabalho de Conclusão de  
Curso

21 de junho de 2021

Pontifícia Universidade  
Católica do Rio de Janeiro  
Rua Marquês de São  
Vicente, 225 – Gávea, Rio  
de Janeiro – RJ, 22541-  
041

Telefone: (55 21) 3527-  
1001/ 3736-1001

## Os benefícios e desafios da relação Brasil-China na Cooperação Sul-Sul

**Resumo:** Este Policy Brief reside em analisar o potencial da aproximação entre os países Brasil e China, que tem ocorrido nas duas últimas décadas, a partir dos setores destacados como mais competitivos compartilhados entre ambos os Estados: o mercado de commodities, investimentos industriais, o setor de serviços e de infraestrutura; e também apresentará dados sobre os respectivos PIBs e resultados sobre nível de investimentos chineses no Brasil. Sob esta análise, o documento pretende enquadrar esta parceria à categoria de Cooperação Sul-sul, a fim de mostrar que essa integração tem capacidade para emplacar as economias dos países emergentes e, também, representa uma mudança da relação estrutural entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Por fim, a seção final se propõe a apresentar os desafios comuns enfrentados nesse tipo de cooperação e as recomendações acrescidas para superá-los. Este Policy Brief é destinado à sociedade civil, para tanto, será usado uma linguagem simples e clara e um panorama geral sobre os dois países.

---

**Abstract:** This Policy Brief aims to analyze the potential of the rapprochement between Brazil and China, which has taken place over the past two decades, based on the most competitive sectors shared by both states: the commodities market, industrial investments, the services sector, and infrastructure; it will also present data on GDPs and results on the level of Chinese investments in Brazil. Under this analysis, the paper intends to frame this partnership in the category of South-South Cooperation, in order to show that this partnership has the capacity to boost the economies of emerging countries and also represents a change in the structural relationship between developed and developing countries. Finally, the final section proposes to present the common challenges faced in this type of cooperation and the recommendations added to overcome them. This Policy Brief is intended for civil society, so it will use simple and clear language and an overview of both countries.

# 1. Introdução

A China, desde 1978, tem se destacado no processo de desenvolvimento Sul-Sul, na busca pela inserção internacional e o desenvolvimento, trabalhando uma característica que identifica o país e o torna único: a autonomia. O modelo de desenvolvimento chinês não se iniciou como um projeto definido, nem seguindo orientações de instituições externas, como foi o caso de outros países em desenvolvimento. Em realidade, ele pode ser classificado como um processo endógeno, gradual, com uma forte presença do Estado, tanto no crescimento industrial econômico quanto como regulador e direcionado à produção para exportação. Além disso, a China foi significativamente beneficiada por tomar iniciativa no direcionamento de investimentos externos diretos e pelo fato de estar inserida numa região de forte dinamismo econômico (DE OLIVEIRA, Henrique Altemani. 2006. p. 117, 118).

Nesse contexto, o país compreende um sistema fortalecido, que possui um mercado de papel relevante na distribuição dos recursos. Por essa razão, o país toma frente no avanço dos programas de Cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento, a fim de conseguir com isso, não apenas benefícios tácitos compartilhados com as parcerias, mas também se impor como potência influenciadora entre os países em desenvolvimento. O governo chinês, para tanto, tem se utilizado do *soft power* como principal estratégia para ser bem colocado no Sul global e ganhar credibilidade internacional (DE OLIVEIRA, Henrique Altemani. 2006. p. 119).

Essa estratégia tem funcionado com as políticas externas entre os países em desenvolvimento, que têm buscado parcerias através do diálogo e da cooperação. Segundo Marcio Lopes Corrêa, Coordenador-geral de Cooperação Técnica Multilateral na Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) entre 2001 a 2019,

“O crescimento da cooperação Sul-Sul possibilitou a expansão internacional dos países em desenvolvimento, os quais passaram a fazer uso da cooperação internacional como instrumento de *soft power* e de conquista de novos mercados para seus bens e serviços (...) movimento esse, diga-se de passagem, relativamente semelhante às origens da atuação internacional dos países doadores tradicionais” (CORREA, 2010, p. 89).

No caso brasileiro, o país iniciou seus programas de Cooperação Sul-sul em 1987, com a criação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e ganhou fôlego a partir de 2007 tomando dianteira nas temáticas de erradicação do trabalho infantil e trabalho forçado, proteção e seguridade social, empregos verdes e migração. A ABC foi criada para coordenar, negociar, executar, acompanhar e avaliar, no âmbito nacional, programas, projetos e atividades de cooperação humanitária e

técnica para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, tanto do país para o exterior como ao contrário, sob os formatos bilateral, trilateral e multilateral (ABC, Ministério das Relações Exteriores).

Na Cooperação Sul-sul, o Brasil desempenha um papel positivo ao difundir práticas de inclusão social e trabalho decente em parceria com a OIT. Tais atividades são importantes porque inserem o país cada vez mais em discussões mundiais sobre trabalho e mostra sua contribuição ao desenvolvimento global. Essa troca de experiência entre os países é fundamental e pode respaldar sobre outras áreas para além de ações humanitárias, como elevar a credibilidade do Estado e gerar oportunidades comerciais e políticas (CNTU, 2015).

Nesse sentido, o relacionamento sino-brasileiro está alicerçado na percepção mútua da importância que a estratégia de CSS apresenta para ambos os países e suas respectivas políticas externas. Esta pesquisa, portanto, busca apontar e explicar a relevância da aproximação entre Brasil e China, a partir de uma apresentação das partes, e abordar as premissas desse relacionamento em termos de cooperação, oferecendo uma análise geral sobre os setores de maior potencial entre os países, bem como a troca entre eles. Esses setores são, propriamente, os investimentos ligados à exportação de commodities; investimentos industriais na área de energia; o setor de serviços, em especial, financeiros; e setores da infraestrutura brasileira na área de transportes (CEBRI. 2020. p. 12). Vale ressaltar que esses quatro departamentos foram escolhidos nesta pesquisa por terem sido alvo das negociações na 11ª Cúpula do BRICS, realizada em Brasília (DF) nos dias 13 e 14 de novembro de 2019, onde foram decididas as últimas diretrizes sobre a parceria Brasil-China.

Dessa forma, este Policy Brief se propõe a responder à pergunta de pesquisa: **Qual a importância da cooperação Brasil-China a partir do século XXI?** O cenário de cooperação que será descrito neste Policy Brief, à luz das concepções de Carlos Milani (1995, 2012), Carmen Amado Mendes (2010), Monica Dehart (2014) e Márcio Lopes Corrêa (2010), pretende explicar por que a política de desenvolvimento global deixou de ser definida apenas unilateralmente pelos países do Norte, ou por instituições multilaterais como a FMI ou o Banco Mundial, para o afloramento do protagonismo dos países em desenvolvimento, com destaque para a China e o Brasil e suas relações (DEHART, 2014, p. 1360). Para tanto, o objetivo desta pesquisa reside em analisar o potencial de ambos os países e compreender por qual razão suas participações na Cooperação Sul-sul são fundamentais.

## 2. Apresentação das partes

### a. China

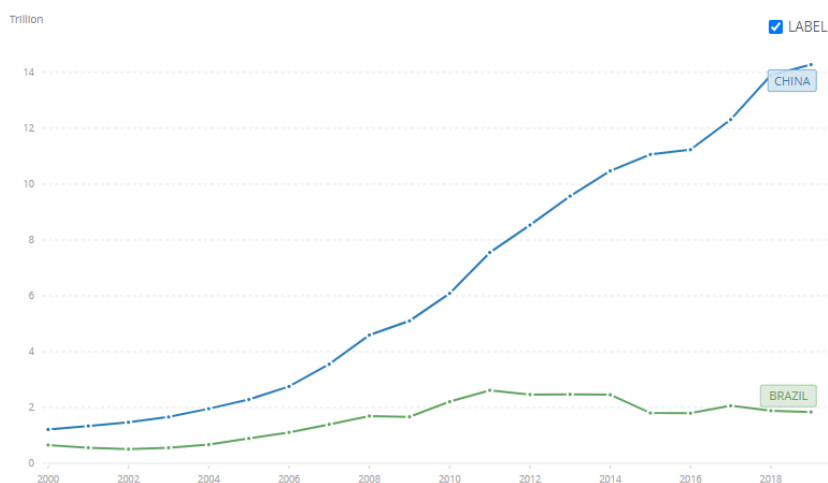
A China destaca-se entre as pioneiras doadoras pelo seu crescimento econômico explosivo e estimado, principalmente em termos de ajuda humanitária, desde 2005 (DEHART, 2014, p. 1360). Ao sair de sua política

isolacionista, a China vem se afirmando como uma verdadeira potência mundial ao passar por grandes transformações, principalmente no início do séc. XXI. Seu alto rendimento foi resultado da união de diversos fatores histórico-econômico-sociais que tornaram a situação chinesa peculiar em relação ao resto do mundo.

Dentre esses fatores, pode-se destacar a criação das chamadas zonas econômicas especiais (ZEEs) e a política cambial. Ambos os aspectos possibilitaram a liberação do comércio exterior a partir de 1978, que antes era planejado pela autoridade central e possibilitaram o aumento das importações e, principalmente, das exportações. As ZEEs ofereceram atrativos para as firmas estrangeiras voltadas para a exportação, incentivando a formação de *clusters*, e a permissão a incentivos fiscais e de infraestrutura, principalmente nas áreas de energia e transporte. Enquanto isso, a manutenção do câmbio desvalorizado também consistiu em um incentivo para impulsionar o Investimento Estrangeiro Direto (IDE) (RÊGO, Tainá. 2014. p.9-11).

Esse disparo em relação aos outros países em desenvolvimento não foi um processo simples, mas foi adquirido ao longo do tempo. Como podemos observar acompanhando a participação da China no PIB global (em dólares correntes), entre 2000 e 2004, os índices chineses apresentaram crescimento, mas ainda de forma leve, praticamente estacionários e em patamar considerado baixo (de aproximadamente 3%), nível bem próximo à participação do Brasil. Esse panorama muda radicalmente ainda na primeira década do século XXI, quando a partir de 2006, começa seu processo de expansão econômica acelerado, no qual a participação elevou-se de 7,15% para 13,26%, o que representa um crescimento de quase 100% conforme mostrado na tabela 1, abaixo (RÊGO, Tainá. 2014. p. 12).

**Tabela 1: PIB (US\$ atual) - China, Brasil**



Fonte: The World Bank - Dados das contas nacionais do Banco Mundial e contas nacionais da OCDE.

Graças a sua estabilidade econômica crescente e políticas internas de estímulo ao consumo das famílias, a China conseguiu impulsionar o desenvolvimento de outros países do Sul-global. Em 2008, a crise financeira internacional provocou uma desaceleração econômica dos principais destinos das exportações

brasileiras e, conseqüentemente, a redução dos preços das commodities. Entretanto, mesmo neste momento de crise, as contas externas brasileiras rapidamente recuperaram-se, devido a restauração das importações chinesas (VIEIRA, Flavio. 2009. p. 6-7).

O entendimento da cooperação no hemisfério Sul passou a ocupar espaço na política externa chinesa a partir de 2008, com o projeto proposto pela Academia Chinesa de Ciências Sociais (Cass). O *think tank* dependente do Conselho de Estado da República Popular da China (RPC), consultado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês lançou um relatório de Modernização da China, deixando em evidência que a RPC só deve investir em relações com países que tenham alguma das seguintes características: ser inovador, ter muitos recursos, ter uma grande população, ter cultura, ser amigável, ou estar nos arredores da China. Essa política chinesa foi, portanto, determinante para a consolidação progressiva da presença chinesa na África e na América Latina (MENDES, Carmen. 2010. p. 2).

Do ponto de vista econômico, a presença chinesa nas duas regiões resulta da necessidade interna da China em procurar novos mercados para exportar os seus produtos, como têxteis e equipamento eletrônico, os quais são vendidos a preços muito competitivos comparativamente com as manufaturas ocidentais. No âmbito das importações, algumas das principais companhias energéticas chinesas, a *China National Petroleum Corporation (cnpc)*, a *China Petroleum & Chemical Corporation (Sinopec)* e a *China National Offshore Oil Corporation (cnooc)*, compram dezenas de concessões petrolíferas e de gás em países africanos e reforçaram a sua presença no sector energético na América Latina (MENDES, Carmen. 2010. p. 40).

Enquanto isso, no setor agropecuário, o Brasil é o principal parceiro exportador da China. Mais de um terço dos produtos brasileiros são destinados ao mercado chinês, com destaque para a soja, carnes, celulose, açúcar e algodão. Simultaneamente, o gigante asiático tem realizado grandes investimentos no agronegócio e em infraestrutura na América Latina, África e Rússia, em países que concentram as principais commodities, a fim de garantir sua segurança alimentar (HUNG, Ho-fung, 2018).

O interesse chinês nestas regiões também se reveste de uma dimensão política. Aumentando os laços de dependência com os Estados africanos e latino-americanos, a China busca conseguir poder de influência e aumentar o número de parceiros para além de suas fronteiras. Dessa forma, ela consegue obter apoio nas mesas de debates dos fóruns internacionais das Nações Unidas e em estratégias políticas, como apoio em relação a unificação de Taiwan (HUNG, Ho-fung. 2018).

Para consolidar esta presença no hemisfério Sul, a diplomacia chinesa recorre ao *soft power*, o qual se traduz na capacidade de influenciar pela persuasão e não pela coerção. O poder brando chinês envolve todas as atividades como a ajuda humanitária, a cultura, a diplomacia bilateral e multilateral e o próprio Investimento Externo Direto. O *soft power* chinês, para tanto, na África e na América Latina tem sido projetado através de instrumentos como, as crescentes trocas comerciais, o próprio IED em países ricos em recursos naturais, o

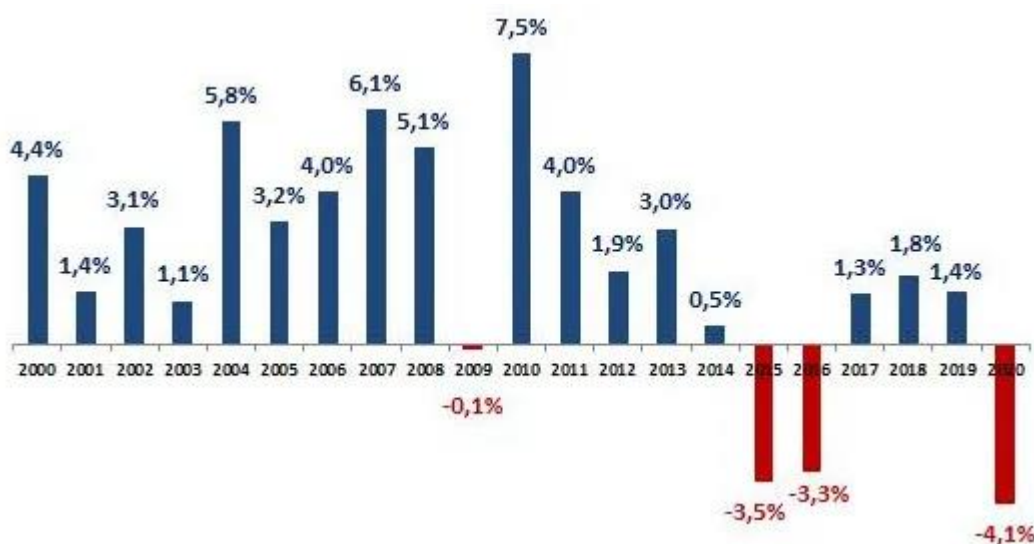
fornecimento de armamento, a construção de infraestruturas, a atribuição de bolsas de estudo para estudantes africanos e a diplomacia médica (MENDES, Carmen. 2010. p. 42).

## b. Brasil

Na primeira década do século XXI, a economia brasileira apresentou períodos de prosperidade, com um nível regular de crescimento, inflação controlada e saldo positivo na balança comercial. Contudo, o protagonismo brasileiro na América Latina não durou muito tempo, uma vez que a situação econômica começou a se alterar e apresentar fragilidades a partir de 2011. O cenário brasileiro na segunda década mudou dramaticamente, conseguindo atingir uma posição entre os países que menos crescem quando comparados aos demais da América Latina e, também, quando confrontada dentre as que compõem os BRICS (FREITAS, Giovana. JONER, Henrique. 2018. p. 2).

A partir de dados fornecidos pelo IBGE, é possível fazer uma análise sobre a taxa média de crescimento do PIB. Percebe-se que o país conseguiu, mesmo com dificuldade, manter uma taxa oscilatória de crescimento entre o período de 2000 a 2014. Nesse período, pode-se refletir que o país obteve resultados como o aumento dos níveis de emprego e renda da população (FREITAS, Giovana. JONER, Henrique. 2018. p.13). Esses índices satisfatórios no início da década foram essenciais para posicionar o governo a economia brasileira entre seus blocos econômicos e parcerias, conforme evidenciado na tabela a seguir apresentada:

**Tabela 2: Gráfico histórico do PIB do Brasil de 2011 a 2020**



Fonte: IBGE. Informações disponíveis no SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais, no site do Banco Central.

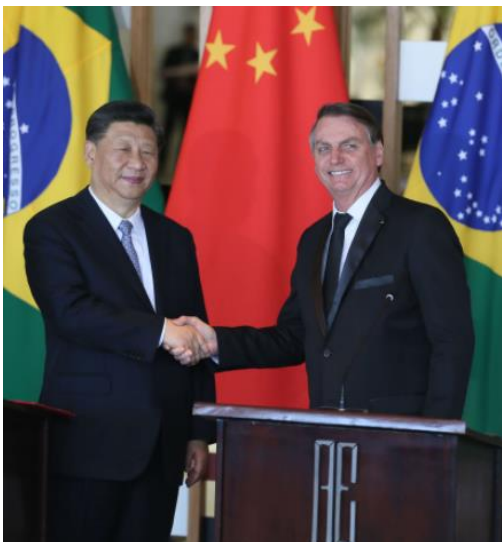
Contudo, os anos de 2015, 2016, e mais recentemente em 2020 demonstram uma queda brusca no PIB brasileiro, indicando que o cálculo sobre os bens e serviços finais do país foi negativa e o país se encontrou deficitário. O PIB acumulado em quatro trimestres de 2020 caiu para -4,1% em relação a 2019, a menor taxa da série histórica iniciada em 1996 (IBGE, 2020). Tal realidade pode representar um risco para a economia

brasileira, tanto em termos de crescimento médio, quanto em parcerias e alianças com outros países, uma vez que o Brasil não possui um quadro de estabilidade.

Em comparação aos anos anteriores, a primeira década do século XXI foi promissora devido ao desempenho do setor agrícola que reagiu e obteve resultado positivo, principalmente em 2010. Isso gerou uma supersafra que garantiu ótimos níveis de vendas de commodities no comércio internacional. Além disso, os níveis de investimento realizados pelos setores público e privado são bastante importantes para dinamizar a economia e revertem-se em incrementos no PIB. No entanto, nos anos que se seguiram - evidenciados pela tabela acima - é possível notar evidências de enfraquecimento, uma vez que ocorreu, em parte, uma diminuição do desempenho do comércio internacional, gerado pela queda brusca nos níveis de transação (FREITAS, Giovana. JONER, Henrique. 2018. p. 17).

O Brasil tem algumas vantagens competitivas e conexões de valores e comportamentos, que podem representar grandes oportunidades. Uma dessas diz respeito às colaborações no campo ambiental, proporcionados pelo posicionamento do território brasileiro em uma área abundante em recursos naturais. Nesse sentido, o país, ao longo das últimas décadas, teve um crescimento significativo, tanto no âmbito de políticas públicas quanto na iniciativa privada, ambos os setores movidos pela iniciativa de aproveitamento dessas riquezas. O segundo ponto é em infraestrutura, onde os países vêm, cada vez mais, estreitando laços e procurando investidores interessados no potencial brasileiro (DE CASTRO, Jorge Abrahão, 2012).

Contudo, possuir um patrimônio natural tão diverso também é uma responsabilidade com a qual o Brasil não tem se comprometido nos últimos anos, chamando a atenção de outros Estados e fazendo com que o país perca credibilidade internacional. O acordo de comércio entre o bloco União Europeia e o Mercosul, por exemplo, não conseguiu até hoje ser efetivado pois, mesmo apresentando vantagens econômicas para ambos os lados, existem riscos de danos ambientais e sociais, principalmente devido ao incentivo à exportação de carne bovina na América Latina, a qual tem aumentado o desmatamento no território brasileiro (VILELA, CAMEX, 2019).



No setor do agronegócio, há uma enorme complementaridade entre os mercados brasileiro e chinês, o que proporciona o desenvolvimento de parcerias estratégicas de longo prazo. O Brasil se destaca nesse ramo por ser o maior exportador mundial de aves, o 4º maior exportador mundial em suínos e apresenta mais de 70% do *market share* de importação de frangos na China e está em segundo lugar em produção de carne suína (CEBRI. 2020. p. 14). Assim sendo, no mercado de

Figura 1 (Fonte: Politize! - Publicado em 24 de fevereiro de 2020)

Disponível em:

<https://www.politize.com.br/comercio-brasil-china-2020/>

proteína animal, as relações governamentais são chave para o desenvolvimento dos negócios.

Não obstante, o estreitamento do comércio entre ambos os países, no cenário da diplomacia contrasta com a relação política entre o Brasil e a China, a qual tem apresentado tensões no governo atual. Em março de 2018, o então pré-candidato à presidência da República, Jair Bolsonaro visitou a ilha de Taiwan, território autônomo considerado pela China uma província rebelde, gerando repercussão negativa à embaixada chinesa em Brasília. Alguns meses depois, Bolsonaro criticou a relação comercial entre o Brasil e o país asiático, acusando a China de tentar comprar o país, apesar das exportações brasileiras terem se ampliado para o mercado chinês e as empresas do país asiático continuarem investindo no território brasileiro (MOTA, BBC, 2020).

No período das eleições norte-americanas, sob o horizonte do alinhamento do Brasil à política externa dos Estados Unidos, o presidente e a diplomacia brasileira voltaram a usar uma retórica agressiva contra a China, intensificada com a eclosão da pandemia de covid-19. Desde então, o governo brasileiro atual tem afrontado o país e as tensões se mantiveram, até o episódio mais recente, em novembro de 2020, em que o presidente afirmou que a China precisaria mais do Brasil do que o contrário e Eduardo Bolsonaro, filho do presidente e atual deputado federal, em suas palavras, defendeu uma "aliança global para um 5G seguro, sem espionagem da China". Essa situação coloca o Brasil em um campo perigoso, no qual ele corre o risco de perder o seu maior parceiro econômico atual e potenciais oportunidades de investimentos para o futuro (MOTA, BBC, 2020).

A atual agenda de reformas e ajustes pela qual o Brasil está passando neste momento e a possibilidade de retomada do crescimento econômico pode ser um fator favorável para o país no contexto de economia globalizada. Contudo, o modelo protecionista nacional não encontra aderência ao conceito do mercado global ou sequer um bilateralismo aliado às políticas norte-americanas, como o atual governo sugere (CEBRI, 2020, p. 2). Nesse sentido, a reforma do sistema tributário e a melhora dos processos para abertura de empresas e obtenção de licenças ambientais no Brasil podem ser essenciais para o desenvolvimento do ambiente de negócios no país, visando à atração de novos investimentos estrangeiros, em especial, chineses (CEBRI., 2020, p. 12).

### 3. Potencial de cooperação Brasil-China

As transformações vividas pela China, principalmente a partir do século XXI, podem representar oportunidades de avanços em sua relação com outros países do hemisfério Sul. A China é o maior parceiro comercial do Brasil desde 2009, além de ser importante para a balança comercial, ela também tem papel de

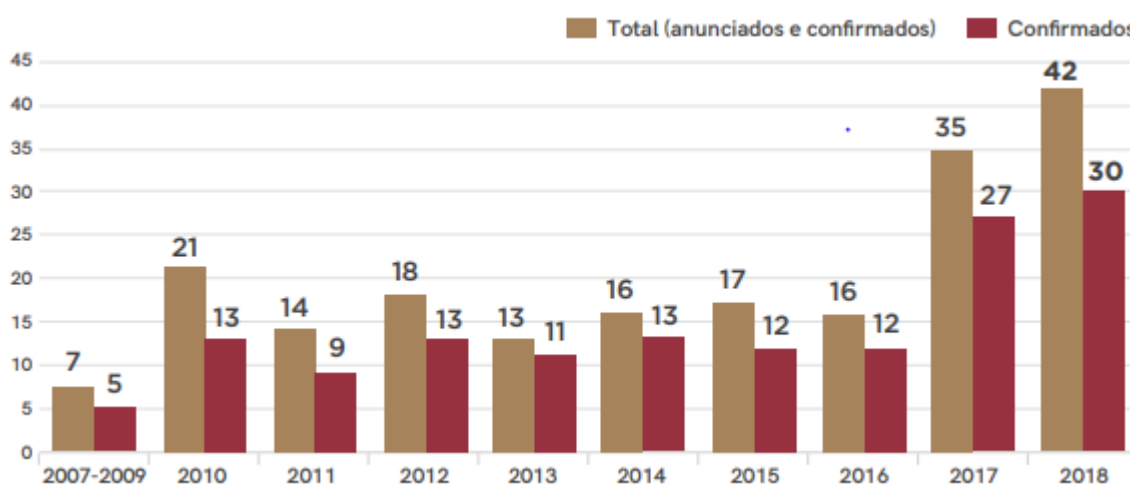


grande investidora em obras de infraestrutura no território brasileiro. Segundo o relatório de 2020 do CEBRI, em 2018, o Brasil exportou US \$64,2 bilhões de dólares para a China e importou US \$28,8 bilhões, resultando em um superávit de US \$35,4 bilhões (CEBRI. 2020. p. 11).

A China tem sido não apenas a principal parceira comercial do Brasil, mas também o maior investidor estrangeiro nas últimas duas décadas, destinando-o a diferentes setores, os quais serão abordados com maior profundidade neste Policy Brief. Em primeiro lugar, o destino dos investimentos chineses foi direcionado a setores ligados à exportação de commodities brasileiras para a China, como minério de ferro, soja e outros produtos ligados ao agronegócio. Em segundo, destacam-se os investimentos industriais, com a instalação de fábricas no Brasil, principalmente na área de energia. Em seguida, o gigante asiático viu potencial no Brasil no setor de serviços, em especial, financeiros, com o ingresso dos bancos chineses em território brasileiro e, atualmente, deu-se início a um novo objetivo, que é a presença chinesa em setores da infraestrutura brasileira, especialmente na área de transportes. Esses quatro setores serão melhor apresentados abaixo, servindo como base para demonstrar a capacidade de cooperação entre ambos os países. (CEBRI. 2020. p. 12).

Atualmente, ocupando a posição de segunda maior economia do mundo, a China mudou o centro de gravidade da economia mundial, que atualmente está voltado para a Ásia. A velocidade com que a China tem conseguido avançar em desenvolvimento social, tecnológico e comercial foi destacada como referência global. Por essa razão, esse país se torna referência na Cooperação Sul-sul e tem potencial para alavancar outras economias parceiras a ele (DE ARRUDA, Pedro. et al. 2017. p. 167).

**Tabela 3: Fluxo de investimentos chineses no Brasil (2007-2018) - Análise por quantidade de projetos**



Fonte: Conselho Empresarial Brasil-China (2019)

As inovações de projetos em termos de políticas públicas para o desenvolvimento têm se originado nos países em desenvolvimento, e vem crescendo consideravelmente nos últimos anos, como mostra a tabela de fluxos de investimentos chineses em projetos no Brasil. O contexto semelhante entre economias emergentes

favorece a troca de experiências e a busca conjunta por soluções para problemas similares. A cooperação Sul-Sul permite, assim, que trocas de conhecimentos e tecnologias sejam realizadas com baixo custo em comparação com outras modalidades de cooperação, como a Norte-Sul (DE ARRUDA, Pedro. et al. 2017. p. 268).

### a. Commodities



Figura 2 (Fonte: DF Rural - Publicado em 13/06/2011)  
Disponível em: <https://dfrural.wordpress.com/tag/commodities/>

O Brasil possui alto potencial neste setor, visto que sua produção de commodities agrícolas é capaz de valorizar seu mercado nacional. Neste contexto, a China, vendo uma oportunidade de suprir sua vasta demanda por insumos dado o tamanho de sua população e condição geográfica, se tornou o maior destino das exportações brasileiras. Paralelamente, as importações chinesas beneficiaram a balança comercial brasileira, que atingiu um superávit de US\$58,7 bilhões nas trocas comerciais com o exterior em 2019 (CABRAL, Severino, 2000).

Segundo os dados da International Trade Center, o principal grupo de produtos exportados à China nos últimos três anos foram sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; industrial ou medicinal, gerando aproximadamente US \$20,903,572 em 2020. Em segundo lugar, destaca-se produtos relacionados à minérios (US \$19,235,237), seguido de Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; substâncias betuminosas; mineral (US \$11,379,100) e, em quarto lugar Carne e miudezas comestíveis (US \$6,566,641).

Assim, é possível observar que, no que concerne às exportações brasileiras para a China, o setor de insumos básicos é o mais favorecido pela relação comercial, sobretudo os segmentos agropecuários - como carne de frango, extração mineral e o ramo petrolífero, além de produtos agrícolas como soja, laranja e café (International Trade Centre).

#### **Tabela 4: Principais commodities brasileiras exportadas para a China (2018-2020)**



Fonte de dados: International Trade Centre  
Gráfico: Elaboração própria.

Em relação aos últimos acordos firmados entre os governos do Brasil e da China, durante a visita do presidente da República Popular da China, Xi Jinping, ao Brasil em novembro<sup>1</sup>, pode-se destacar, neste tema, o Plano de Ação na área da agricultura (2019-2023) e novas diretrizes sobre protocolos sanitários para exportação de melão e pera do Brasil à China. O Plano de Ação busca aprofundar a colaboração pragmática no contexto da Subcomissão de Agricultura da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) e com base no Plano Estratégico de Fortalecimento da Colaboração Agrícola entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil e o Ministério da Agricultura da China, nos setores de políticas agrícolas; inovação científica e tecnológica; investimento agrícola; comércio agrícola; entre outras áreas (Ministério da Infraestrutura, 2019).

### **b. Investimentos Industriais**

Na cerimônia da assinatura da Atos da 11ª Cúpula dos BRICS, estabeleceu-se uma plataforma para o intercâmbio de informações e a promoção de ações conjuntas com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de atividades que ampliem os investimentos e contribuam para o desenvolvimento econômico e a criação de empregos. A China é uma das principais origens de Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) no Brasil. Nas duas últimas décadas, a maioria dos investimentos chineses concentrou-se nas áreas de energia (geração e transmissão elétrica, além de óleo e gás) e infraestrutura (portuária e ferroviária) (Ministério da Infraestrutura, 2019).

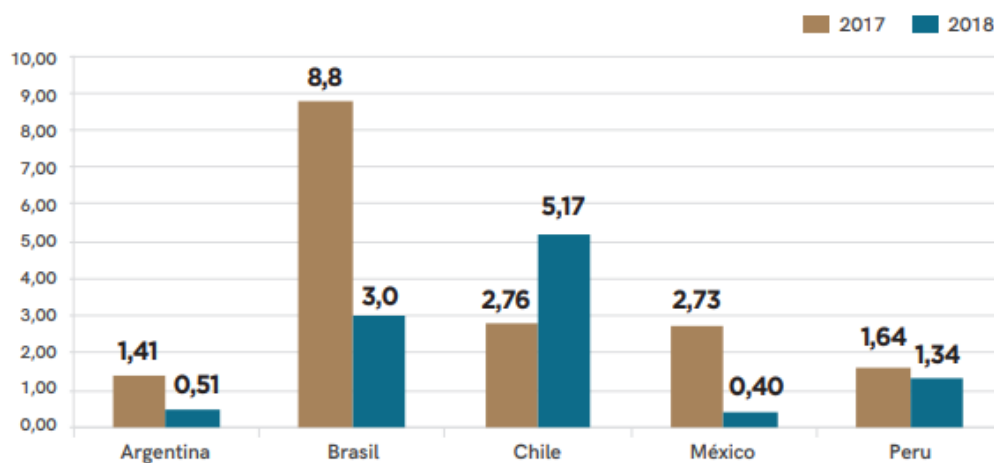
<sup>1</sup> 11ª Cúpula do BRICS, realizada em Brasília (DF) nos dias 13 e 14 de novembro de 2019.

É notória a importância da cooperação sino-brasileira no campo da produção de energia quando se pensa que as maiores usinas produtoras de energia elétrica do mundo estão localizadas em ambos os países, a Três Gargantas na China e Itaipu no Brasil. De acordo com o estudo da entidade disponibilizado pelo Conselho Empresarial Brasil-China, dos projetos que se confirmaram em 2018 com investimentos chineses no Brasil, 23 foram do tipo greenfield, 16 foram fusões ou aquisições e três foram joint ventures (Fundação Instituto de Administração, 2019).

No início do século XXI, o Brasil se deparou com a necessidade de interiorizar o seu desenvolvimento para completar a integração de vastas áreas do seu território modificadas pela demografia nacional. Além disso, o país tem de enfrentar, também, um quadro externo de pressões crescentes das grandes potências industriais, reunidas sob a forte e onipresente liderança norte-americana nas organizações internacionais (Comissões da ONU, Banco Mundial, FMI e OMC), e que se afirmam todas com um caráter claramente (re)colonizador, sob color da "globalização"(CABRAL, Severino. 2000).

A fim de garantir a soberania e integridade nacional, tanto o Brasil quanto a China pensam no futuro da cooperação econômica, particularmente no campo do intercâmbio energético. Os países buscam saber utilizar os recursos comuns sino-brasileiros na busca de novos campos e áreas de exploração de petróleo e gás natural, além de assegurar a possibilidade de um intercâmbio maior na área nuclear. Assim, os investimentos no domínio da exploração dos recursos energéticos de China e Brasil têm focado no aumento de empresas privadas brasileiras no mercado chinês de insumos energéticos e na assinatura de acordos como protocolo de cooperação no setor hidroelétrico de 1988 (CABRAL, Severino. 2000).

**Tabela 5: Investimentos Chineses na América Latina, países selecionados (US\$ bilhões) (2017-2018)**



Fonte: Red ALC-China/CEBC

Elaboração Centro Empresarial Brasil-China (2019).

De maneira geral, os setores de energia e mineração foram os que mais atraíram investimentos chineses na América Latina e Caribe nos últimos anos. Dentro desse setor, existe a possibilidade de investimento por

área, sendo o de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica os que mais receberam investimentos chineses no Brasil, atingindo 13 projetos confirmados na área em 2018 (CEBC, 2019). A tabela 5 põe em evidência como o Brasil tem sido o país mais atrativo para recepção de investimentos chineses na América Latina.

Os grandes destaques dos últimos anos foram as aquisições da operação brasileira da *Duke Energy* pela *China Three Gorges* e da CPFL Energia pela *State Grid*, que ocorreram no fim de 2016 e em 2017. Além disso, como possíveis negócios vindouros, existe o interesse de companhias chinesas em participar do leilão para selecionar uma empresa a assumir as obras da usina nuclear Angra 3, das quais a *State Nuclear Power Technology Corporation* e *China National Nuclear Corporation* são duas das organizações chinesas atraídas pela oportunidade (Fundação Instituto de Administração. 2019).

### c. Setor de serviços



Figura 3 (Fonte: Fecomércio Sesc -Publicado em 20 ABRIL, 2021)  
Disponível em: <https://www.fecomercio-sc.com.br/noticias/alta-no-setor-de-servicos-em-fevereiro-e-insuficiente-para-recuperar-perdas-acumuladas-em-12-meses/>

Segundo a última publicação do Ministério da Infraestrutura do Governo Federal, a cooperação no setor de serviços é uma das prioridades de ambos os governos, nos termos das diretrizes para a cooperação mútua estabelecidas no Plano de Ação Conjunta 2015-2021 e no Plano Decenal de Cooperação 2012-2021 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China (Ministério da Infraestrutura, 2019).

O Memorando de Entendimento estabelecido pela 11ª Cúpula dos BRICS de 2019 tem por objetivo fortalecer e diversificar ações de cooperação entre o Brasil e a China, promover diálogo sobre políticas, intercambiar informações e melhores práticas, além de criar um ambiente favorável para o comércio e investimento no setor de serviços e encorajar o investimento do setor privado e cooperação mútua, de modo a melhorar o bem-estar comum de seus cidadãos. O Memorando prevê que os governos do Brasil e China irão facilitar e promover a cooperação, o diálogo e o comércio relativos a serviços de diversas áreas (Ministério da Infraestrutura, 2019).

O Brasil e a China assinaram um acordo para expandir a cooperação em comércio e serviços na cúpula do G20, realizada na China em 2016. Segundo o ministro da Indústria, Comércio e Serviços, Marcos Pereira,

o acordo beneficiou setores que representam até 58% do produto interno bruto (PIB) do Brasil (Embaixada da República Popular da China no Brasil. 2016).

No âmbito do aparecimento de bancos chineses no Brasil, vale mencionar o ingresso *do Industrial & Commercial Bank of China (ICBC)*, em 2012, e, em 2013, o anúncio da compra do Bicbanco, pela *China Construction Bank*. Desta forma, na área financeira, observa-se que três dentre os quatro maiores bancos da China iniciaram suas operações no Brasil há quase uma década. Nesse contexto, merece destaque, também, a abertura do escritório do *China Development Bank*, em 2013, no Rio de Janeiro, com o objetivo de apoiar os investimentos chineses no País (Conselho Empresarial Brasil-China, 2014).

#### **d. Infraestrutura**

Historicamente, a Rota da Seda relembra um momento em que a China se aproximou da Europa, tornando-se o grande centro da economia euroasiática. A Rota da Seda foi criada para interligar o Oriente ao Ocidente, estabelecendo uma rede comercial entre os mercadores multiculturais entre seus países membros. Nessa rede, a seda era o principal produto comercializado, daí o nome “Rota da Seda” (COMEX do Brasil, 2019).

Atualmente, com o investimento chinês crescendo exponencialmente, seu governo lançou um novo plano de infraestrutura regional e global, cujo foco consiste em promover parcerias principalmente com os países em desenvolvimento. Esse plano é a Belt and Road Initiative (Iniciativa do Cinturão e Rota), ou, mais popularmente conhecido como a Nova Rota da Seda chinesa (Conselho Empresarial Brasil-China, 2011).

Nesse âmbito, o setor de transportes é prioritário para o governo brasileiro, dada a necessidade de modernizar a infraestrutura de transportes. Considerando que a China é uma das líderes mundiais no setor, e que o Brasil poderia se beneficiar da experiência chinesa nesse campo, foi acordado na 11ª Cúpula dos BRICS, em 2019, o novo fornecimento de moldura institucional que permitirá a cooperação sino-brasileira na área de transporte (Ministério da Infraestrutura. Governo Federal. 2019).

O documento prevê, entre outros temas, o compartilhamento de boas práticas entre os dois países a respeito de políticas públicas e estratégias para o desenvolvimento do setor de transportes; planejamento do transporte integrado de passageiros e cargas; governança, gestão e regulação do setor de transportes; infraestrutura de transporte sustentáveis; abordagens inovadoras para o desenvolvimento, manutenção e fortalecimento das infraestruturas de transporte e capacitação e qualificação em políticas públicas, governança, gestão e regulação da infraestrutura (Ministério da Infraestrutura. Governo Federal. 2019).

A pandemia do covid-19 foi palco para novas oportunidades à China frente à necessidade urgente de adaptação. Foram implementadas outras iniciativas, como a Rota da Seda da Saúde e a Rota da Seda Digital. Integrada inicialmente ao projeto em 2017, a China tem construído a infraestrutura de telecomunicações,

hospitais e instalações sanitárias numa perspectiva de maior conectividade sanitária e digital pan-euroasiática, além de formação médica e envio de equipes aos países membros dessa iniciativa (NAVAS, Maria, 2020).

Essas iniciativas são vantajosas para o Brasil pois o país conta com um longo histórico de má alocação de recursos, particularmente em obras de infraestrutura física e social. Além disso, é comum casos em que os custos tenham sido magnificados por execução mal planejada e falhas técnicas que levam a enormes desperdícios. Em 2019, conforme reportado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), havia cerca de 14.403 obras paralisadas, ou 37,5% de um total de 38.412 obras financiadas pelo governo federal. Para tanto, contar com o apoio de um ator externo mais fortalecido, como a China, e ter de prestar contas à essa parte pode impulsionar o país rumo ao desenvolvimento (Inter. B Consultoria Internacional de Negócios, 2021).

## 4. A Cooperação Sul-sul e a relação Brasil-China

A cooperação para o desenvolvimento surgiu no período pós-Segunda Guerra Mundial e foi definida como um conjunto de ações entre atores internacionais para desenvolver os países que se colocavam a realizar parcerias multilaterais. Contudo, os métodos usados para programas de cooperação desse tipo foram questionados pela reprodução de relações de dependência e desigualdade que eram acentuadas entre os países participantes. Mais tarde, durante os anos 1970 e 1980, no auge do neoliberalismo e das políticas desenvolvimentistas de influência do Norte global, era visível a manutenção da influência dos países desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos nos programas e parcerias de cooperação multilateral (BESHARATI e ESTEVES, 2015, p. 292).

Foi, então, a partir da Conferência de Bandung<sup>2</sup>, em 1955, que diversos países iniciaram esse processo de formar uma modalidade de cooperação alternativa, cujos projetos de desenvolvimento se adequassem melhor às suas realidades e que não dependessem necessariamente dos países desenvolvidos. Após Bandung, outro movimento importante de iniciativa do Sul foi o Movimento dos Países Não Alinhados (MNOAL), na Conferência de Belgrado<sup>3</sup>, em 1961 (DEHART, 2014, p. 1367).

De cunho político, ambas as conferências foram responsáveis por aflorar o conceito de autossuficiência coletiva, implicando que os Estados deveriam ter uma consciência de suas responsabilidades internas e

---

<sup>2</sup> Conferência de Bandung: foi uma reunião ocorrida na Indonésia, entre 18 e 24 de abril de 1955, a qual contou com 29 países asiáticos e africanos, com o objetivo de mapear o futuro de uma nova força política global (Terceiro Mundo), visando a promoção da cooperação econômica e cultural afro-asiática, como forma de oposição ao que era considerado colonialismo ou neocolonialismo, por parte dos Estados Unidos e da União Soviética.

<sup>3</sup> Conferência de Belgrado: De 1 a 6 de setembro de 1961, delegações de 25 países reuniram-se em Belgrado, na Primeira Conferência dos Chefes de Estado e de Governo Não Alinhados. Um dos principais temas da conferência foi a corrida armamentista entre os Estados Unidos e a União Soviética.

externas para se gerar maior autonomia e pensar em métodos de cooperação que não dependessem de iniciativas dos países do Norte global. Através desse caminho, países de renda média começaram, gradativamente, a ter participação mais densa no sistema de cooperação internacional para o desenvolvimento, não mais apenas enquanto beneficiários, mas também como doadores (HIRST, 2009). A cooperação Sul-Sul, nesse sentido, teve sua origem ideológica no anti-imperialismo da década de 1950, e consiste, assim, numa parceria baseada em trajetórias históricas, posicionamento estrutural e valores entre nações em desenvolvimento que encontram similaridades, especialmente em termos do desejo de soberania e igualdade (DEHART, 2014, p. 1367).

O objetivo inicial era de que a ajuda mútua entre os países mais pobres fosse uma forma de fomentar o desenvolvimento sem prejudicar sua soberania. Em outras palavras, buscou-se promover a autonomia dos países em desenvolvimento para um sistema global menos desigual (ESCOBAR, 1995). Essa necessidade se intensificou durante a Guerra Fria, à medida em que alguns países, descontentes com a bipolaridade mundial e as disputas ideológicas entre capitalismo e socialismo, buscaram afirmar a independência face aos processos de descolonização e buscar propostas de desenvolvimento que correspondessem às próprias realidades (POMEROY et al, 2017). Assim, a proposta de cooperação, diante do contexto da época, representou uma oportunidade para diminuir o contraste entre as relações das ex-colônias e os países industrializados do Norte.

Atualmente, as Nações Unidas definem formalmente a Cooperação Sul-Sul (CSS) como um processo pelo qual dois ou mais países em desenvolvimento trabalham em conjunto para alcançar suas metas individuais e/ou compartilhadas, através de ações coletivas regionais e inter-regionais, incluindo parcerias que envolvem organizações, sociedade civil, academia e setor privado. Este tipo de cooperação permite que, entre os países participantes, haja trocas de conhecimentos, habilidades, recursos e expertise técnica (OIT).

De maneira geral, a Cooperação Sul-Sul representa a força motriz que mobiliza o aumento de trocas e de cooperação econômica, técnica e tecnológica entre os Estados menos fortalecidos, para se libertar de relações desiguais impostas pelo sistema internacional. Além disso, é um incentivo à uma maior busca por processos de desenvolvimento próprios e internos, a partir de um melhor controle de recursos naturais e investimentos em ciência e tecnologia (OIT).

Em 2010, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) publicaram o primeiro documento institucional do governo brasileiro sobre cooperação internacional. Neste, consta a definição inicial de cooperação, que excluía conceitualmente os investimentos e financiamentos do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social no processo de internacionalização das empresas brasileiras. Pelo relatório, foi definido como cooperação internacional para o desenvolvimento

“A totalidade de recursos investidos pelo governo federal brasileiro, totalmente a fundo perdido, no governo de outros países, em nacionais de outros países em território brasileiro, ou em organizações internacionais com



o propósito de contribuir para o desenvolvimento internacional, entendido como o fortalecimento das capacidades de organizações internacionais e de grupos ou populações de outros países para a melhoria de suas condições socioeconômicas” (IPEA, 2010, p. 17).

Na China a descrição sobre a CSS assume múltiplas formas, desde o envio de missões médicas por dois anos, a construção de rodovias e pontes, cooperação técnica, a instalação de estações termelétricas, até programas de treinamento e empréstimos de apoio ao comércio exterior. Enquanto isso, do ponto de vista financeiro, inclui doações, empréstimos a juro zero e empréstimos subsidiados (MILANI, Carlos. CARVALHO, Tassia, 2012, p. 17).

Embora as fronteiras entre cooperação técnica, empréstimos subsidiados, créditos à exportação tenham passado por transições, os governos do Brasil e da China ressaltam, discursivamente, a importância estratégica que a CSS tem nas respectivas agendas de política externa. Ambos rejeitam a terminologia do CAD/OCDE de “países doadores” e de “ajuda” ou “assistência” e entendem que a CSS é apresentada como uma modalidade distinta da CNS, na medida em que haveria maior proximidade em termos econômicos, históricos e culturais.

Além desses contratempos em termos práticos, entre os anos 1980 e 1990, a CSS sofreu embaraços políticos e perdeu relevância na conjuntura internacional, quando a maioria dos países em desenvolvimento se defrontaram com a crise do endividamento externo e tiveram de enfrentar programas de ajuste estrutural. Foi apenas no século XXI, que a CSS para o desenvolvimento conseguiu ressurgir com o papel renovado dos países em desenvolvimento mais poderosos no sistema internacional de alicerçar a ideia de que os países do Sul podem e devem cooperar com outros países do mesmo hemisfério (MILANI, Carlos. CARVALHO, Tassia. 2012. p. 15).

Atualmente, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), ligada diretamente ao Itamaraty, define a cooperação técnica como aquela que compõe um importante instrumento de desenvolvimento, auxiliando um país a promover mudanças estruturais nos seus sistemas produtivos, como forma de superar restrições que tolhem seu natural crescimento. Para tanto, os programas de aproximação e trocas entre Brasil e China se enquadram na Cooperação Sul-sul, pois permitem a transferência de conhecimentos, experiências e equipamentos, contribuindo assim para capacitar recursos humanos e fortalecer instituições do país receptor, para possibilitar saltos qualitativos de caráter duradouro a ambos os países (MILANI, 2012). Neste momento, tanto o governo chinês quanto o brasileiro compartilham da definição de CSS proposta pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, segundo a qual a CSS seria “o processo, as instituições e os arranjos concebidos com vistas a promover a cooperação política, econômica e técnica entre países em desenvolvimento na busca de objetivos comuns de desenvolvimento” (UNCTAD, 2010, p. 7).

## 5. Desafios e recomendações

É importante lembrar que as relações entre doadores e beneficiários na cooperação internacional para o desenvolvimento são heranças da economia política internacional durante e após a Segunda Guerra Mundial. Isso significa que, a ajuda alimentar de urgência e o expediente diplomático de natureza temporária são frutos de assimetrias e hierarquias existentes entre o centro e a periferia, entre o Norte e o Sul do sistema internacional. Mais tarde, esse costume passou a se constituir em um padrão normativo nas relações entre Estados, agências internacionais e organizações não governamentais durante a Guerra Fria. Isso significa que a institucionalização do multilateralismo da cooperação para o desenvolvimento tem seus respaldos sobre as relações desiguais do período de bipolaridade mundial (ESCOBAR, 1995, p. 4).

Nesse sentido, a Cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento, apesar de ser uma iniciativa para destacar países menos desenvolvidos que sofrem influências das grandes potências, também abarca tentativas de execução que não são livres de falhas. Existe uma ideia de que a força do discurso sobre o desenvolvimento na CSS pode ser fascinante, mas desvia-se da realidade (RIST, 1996, p. 9). Para esses projetos, surgiu uma demanda crescente pela criação de uma metodologia para guiar as práticas de monitoramento e avaliação, permitindo a sistematização de aprendizados, o aprimoramento da gestão e performance das iniciativas, assim como prestação de contas.

Nesse sentido, uma das preocupações sobre esta parceria entre países menos desenvolvidos, no âmbito da execução de projetos, é a fraca movimentação em direção ao estabelecimento de processos de avaliação e monitoramento compartilhados, os quais garantam que os projetos deem certo em longo prazo. Além disso, existe também a possibilidade de haver escassez de recursos para apoiar os projetos de desenvolvimento, os quais conseguem ser robustos em seus processos, mas acabam tendo poucos resultados efetivos para as partes. (ECOSOC, 2018).

Outra questão a ser levada em consideração é que a cooperação internacional para o desenvolvimento, de maneira geral, pode minorar qualitativamente os processos de aprendizagem. Quando os recursos são produzidos endogenamente, o país em questão tem a oportunidade de desenvolver os processos de produção, novas habilidades e tecnologias. Porém, quando são simplesmente importados por meio da ajuda externa, os processos de aprendizado e de desenvolvimento das capacidades locais ficam prejudicados. Cria-se, assim, uma relação de dependência, uma vez que o país beneficiário passa a necessitar da entrada dos insumos externos para manter sua condição, sem a preocupação de produzi-los, por meio de mecanismos de inovação, no plano doméstico (PANKAJ, 2005, p. 116). Nesse sentido, alguns fatores determinantes para o progresso independente dos Estados beneficiados, podem não ser positivamente afetados pelo influxo de fundos da CID,

a exemplo das atitudes econômicas, valores sociais e políticos, bem como objetivos e princípios qualitativos do desenvolvimento.

Como sublinha Huntington (1970, p.175), ainda precisa ser adicionada a questão da corrupção e intencionalidade dos projetos de CSS. Entre os tipos de benefícios que projetos e financiamentos trariam para o país doador, é possível citar o acesso a insumos estratégicos (minério, produtos agrícolas, etc.), a obtenção de votos favoráveis no sistema multilateral, a contenção de inimigos ideológicos (a exemplo do comunismo durante a Guerra Fria), a promoção de interesses ligados ao comércio exterior e investimentos, a venda de excedentes de commodities, bem como a imposição de modelos de políticas públicas (ajuste econômico, liberalização do comércio exterior, etc.). Por essa razão, alguns programas da cooperação canalizados por meio de organizações privadas ou não-governamentais podem, na concepção do autor, cumprir mais eficazmente o dever moral de assistência em comparação com estruturas burocráticas públicas, que podem ser movidas por interesses de política externa.

Para tratar essas questões, as agendas de política externa de vários países em desenvolvimento integram hoje estratégias de cooperação sul-sul (CSS) por intermédio de alianças com organizações multilaterais de espaços regionais de integração, mas igualmente por meio de projetos de financiamento e cooperação técnica em áreas desde a saúde pública e segurança humanitária até projetos de desenvolvimento produtivo, industrial e de infraestruturas. Nesse sentido, o desenvolvimento pode ser melhor alcançado domesticamente através de investimentos e avanços em capital humano, progresso científico e tecnológico, construção de infraestruturas básicas e alguma forma de organização industrial (PANKAJ, 2005, p. 116).

O relatório do Centro de Estudos e Articulação da Cooperação Sul-Sul (2017) aponta possíveis caminhos para fortalecer as práticas de monitoramento e avaliação da CSS. Em primeiro lugar, é preciso destacar a importância do aprofundamento reflexivo sobre os âmbitos de mudança das capacidades. Essa reflexão se beneficiaria da participação dos parceiros e agências implementadoras, assim como da sistematização de experiências passadas. No contexto de parcerias, é necessário dar atenção tanto à avaliação das contribuições das iniciativas de cooperação quanto ao fortalecimento das capacidades nacionais dos Estados parceiros, e explorar em que medida os resultados alcançados conjuntamente irão contribuir a longo prazo para promover objetivos desejados (POMEROY et al, 2017, p. 3).

Além disso, o relatório destaca, também, como é possível explorar diferentes modalidades de avaliação a fim de estabelecer as mais adequadas para cada nação e projeto específico, e comunicar os resultados das avaliações para estimular o desenvolvimento de capacidades de monitoramento e avaliação da CSS. Essas modalidades dizem respeito ao objeto das avaliações (projetos, programas, carteira de projetos bilaterais, regionais ou setoriais); as metodologias utilizadas; e a participação e contribuição de diferentes atores (universidades, consultores, órgãos especializados do governo, países parceiros). O resultado desse processo

de sistematização pode oferecer aprendizado relevante para os atores de uma agenda de avaliação da CSS (POMEROY et al, 2017, p. 8).

Além disso, como recomendação para a deficiência nos processos de monitoramento e alocação de recursos, é possível optar por um olhar para além dos Estados e buscar apoio através de atores multinacionais. Entre doadores e beneficiários, mesmo dentro de uma cooperação Sul-sul, muitas vezes situam-se organizações não governamentais, movimentos sociais, redes de ativismo político, mídia internacional e alguns centros de pesquisa que atuam como "atores-mediadores". Estes desempenham papel relevante na difusão das agendas, na legitimação dos ideários e, inclusive, na organização de protestos e na definição de mecanismos de monitoramento e controle (MILANI, 2012).

Grandes entidades que possuem jurisdição internacional e não são propriamente Estados, apesar de trazer mobilizações muito amplas, têm a capacidade de expandir as estratégias de monitoramento, ensejando a criação de redes transnacionais, envolvendo inclusive movimentos sociais e organizações não governamentais, que passaram a funcionar como verdadeiros radares da cooperação para o desenvolvimento. As Nações Unidas (ONU), por exemplo, apresentaram os Objetivos do Milênio em 2000, chamando a atenção de organizações e governos para ampliar e incentivar mobilizações sobre direitos humanos e sustentabilidade (MILANI, 2012).

Dessa forma, a Cooperação Sul-sul busca redefinir o papel do Estado em desenvolvimento, em matéria de alianças, respeitando o princípio da não intervenção e a defesa da horizontalidade dos programas de cooperação (Chisholm, Steiner-Khamsi, 2009). Nesse sentido, Brasil e China possuem capacidade para potencializar seus resultados positivos se fizerem um esforço conjunto para superar os desafios comuns entre parcerias de países em desenvolvimento. Sistemas robustos de monitoramento e avaliação da cooperação Sul-Sul são essenciais para construir uma política brasileira integradora, estabelecer um marco regulatório adequado para a mesma e uma agenda de desenvolvimento internacional bem estruturada. Trabalhar essa iniciativa beneficiaria um amplo leque de atores, contribuindo tanto para os países Brasil e China, quanto para organizações da sociedade civil e empresas privadas alocadas nesses territórios.

## Bibliografia

AGÊNCIA Brasileira de Cooperação. **Sobre e ABC**. Ministério das Relações Exteriores. Governo da República Federativa do Brasil. Brasília-DF. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/SobreABC/Introducao>. Acesso em: 19 de jun. 2021.

AGÊNCIA IBGE Notícias. **PIB cai 4,1% em 2020 e fecha o ano em R\$ 7,4 trilhões**. Editora Estatísticas Econômicas. 03 de mar. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de>

imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30165-pib-cai-4-1-em-2020-e-fecha-o-ano-em-r-7-4-trilhoes. Acesso em 20 de jun. 2021.

CABRAL, Severino. **Encontro entre Brasil e China: cooperação para o século XXI**. SciELO Brasil. Jun de 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/MZrJbNb8CTv5mFM3HsFKScC/?lang=pt>. Acesso em: 19 de jun. 2021.

CARIELLO, Tulio. **Investimentos Chineses no Brasil 2018**. O quadro brasileiro em perspectiva global. Conselho Empresarial Brasil-China. Porto Alegre. 2019.

CEBRI – Centro Brasileiro de Relações Internacionais. **Relatório Anual**. Pensar Dialogar Disseminar Influenciar. 2020. Disponível em: [http://midias.cebri.org/arquivo/Relatorio\\_Anual\\_CEBRI\\_2020\\_PT.pdf](http://midias.cebri.org/arquivo/Relatorio_Anual_CEBRI_2020_PT.pdf). Acesso em: 19 de jun. 2021.

CEBC – Conselho Empresarial Brasil-China. **Investimentos chineses no Brasil (2018): o quadro brasileiro em perspectiva global**. Investimentos Chineses no Brasil. 23 de set. 2019. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2019/09/23/investimentos-chineses-no-brasil-2018-o-quadro-brasileiro-em-perspectiva-global/>. Aceso em 18 de jun. 2021.

CHISHOLM, L.; STEINER-KHAMSI, G. **South-South cooperation in education and development**. Nova York, Teachers College Press, 2009.

CNTU – Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados. **O papel do Brasil na cooperação Sul-Sul**. 10 de jun. 2015. Disponível em: <http://www.cntu.org.br/new/noticias-lista/3400-o-papel-do-brasil-na-cooperacao-sul-sul>. Acesso em 19 de jun. 2021.

COMEX do Brasil. 2020. Disponível em: <https://www.comexdobrasil.com/>. Acesso em: 16 de jun. 2021.

CORRÊA, M. Lopes. **Prática Comentada da Cooperação Internacional: entre a hegemonia e a busca de autonomia**. Brasília: Edição do Autor, 2010.

DE CASTRO, Jorge Abrahão. **Política social e desenvolvimento no Brasil**. SciELO Brasil, [S. l.], 21 dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/RQb5YRq9hpV5RDkjbNL69zr/?lang=pt>. Acesso em: 5 jun. 2021.

DEHART, Monica. **Remodelling the Global Development Landscape: the China Model and South–South cooperation in Latin America**. Third World Quarterly, University of Puget Sound, Washington, USA, Vol. 33, 05 de jul. 2012.

DE OLIVEIRA, Henrique Altemani. **Brasil-China: uma relação sul-sul**. 17 de abril de 2006. Disponível em: [https://www.kas.de/c/document\\_library/get\\_file?uuid=a8b644da-758c-3770-db27-f1bbb50ce930&groupId=265553](https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=a8b644da-758c-3770-db27-f1bbb50ce930&groupId=265553). Acesso em 5 jun. 2021.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering Development**. The Making and Unmaking of the Third World. Editora Princeton University Press, Princeton e Oxford, 1995. Disponível em: <http://cohd.cau.edu.cn/module/download/downfile.jsp?classid=0&filename=3c76535722844d0eaf14fe312a2d500e.pdf>. Acesso em: 20 de jun. 2021.

ECOSOC. How Governments of the South assess the results of South-South Cooperation: Case studies of South-led approaches. **Economic Cooperation Forum: DCF Policy Briefs**, Nova York, n. 20, p. 1-9, 2018.

Disponível em:  
[https://www.un.org/development/desa/financing/sites/www.un.org.development.desa.financing/files/2020-04/English\\_8.pdf](https://www.un.org/development/desa/financing/sites/www.un.org.development.desa.financing/files/2020-04/English_8.pdf). Acesso em: 5 jun. 2021.

FIA – Fundação Instituto de Administração. **Investimentos Chineses no Brasil: Panorama, Desafios e Oportunidades**. 23 de set. 2019. Disponível em: <https://fia.com.br/blog/investimentos-chineses-no-brasil/>. Acesso em: 18 de jun. 2021.

FREITAS, Giovana. JONER, Henrique. **A Economia Brasileira no Início do Século XXI: um olhar estendido até a crise de 2015**. Vol. 2, No. 40, ago. 2018. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/5493/3632>. Acesso em: 20 de jun. 2021.

FUND for Peace. **Fragile States Index**. Comparative Analysis. Disponível em: <https://fragilestatesindex.org/comparative-analysis/>. Acesso em: 5 jun. 2021.

HUNG, Ho-fung. **A Ascensão da China, a Ásia e o Sul Global**. SchiELO Brasil, [S. 1.], 22 jan. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/PjqLzbVDgwYQsQDKLxsQQPj/?lang=pt>. Acesso em: 5 jun. 2021.

HUNTINGTON, Samuel P. **Foreign Aid for What and for Whom**. Foreign Policy, n. 1, 1970 (inverno de 1970-1971), p. 161-189.

IBGE. Países. Mapa adaptado de ESRI. **Data & Maps - World Countries**. 2010. IBGE. Atlas Geográfico Escolar - 8.ed., 2018. Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/#/mapa/islândia>. Acesso em: 05 jun. 2021.

INTER B. Consultoria Internacional de Negócios, 2021. Disponível em: <http://www.interb.com.br/>. Acesso em 17 de jun. 2021.

MENDES, Carmen Amado. **A China e a cooperação Sul-Sul. Ásia: Segurança e Poder**. [S. 1.], p. 039-046, jun. 2010. Disponível em: [http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/ri26/n26a03.pdf](http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri26/n26a03.pdf). Acesso em: 5 jun. 2021.

MILANI, Carlos R.S. **Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul**. SciELO Brasil, Universidade Federal da Bahia, 22 de out. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/y7g7pH4L735RydsPSRJW9rM/?lang=pt>. Acesso em: 20 de jun. 2021.

MILANI, Carlos R. S. CARVALHO, Tassia C. O. **Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no continente africano**. [S. 1.], Vo. 1, No. 1, jan. 2012. Disponível em: <https://carlosmilani.files.wordpress.com/2013/08/5158-20140-1-pb.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2021.

MINISTÉRIO das Relações Exteriores. **XI Cúpula do BRICS – Declaração de Brasília**. Governo Federal. Nota à imprensa Nº 287/2019, atualizado em 07 de jan. 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/declaracao-de-brasilia-11-cupula-do-brics](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/declaracao-de-brasilia-11-cupula-do-brics). Acesso em 18 de jun. 2021.

MOTA, Camila Veras. **Tensões com China - mas também negócios - aumentam em dois anos de Bolsonaro**. 15 de dez. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55268591>. Acesso em 19 de jun. 2021.

PANKAJ, A. K. **Revisiting foreign Aid theories**. *International Studies*, v.42, n.2, p.103-121. 2005.

POMEROY, Melissa et al. **Construindo uma agenda para o monitoramento e avaliação da cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento: Reflexões a partir do caso brasileiro**. Centro de Estudos e Articulação da Cooperação Sul-Sul. São Paulo, 2017. Disponível em: [https://articulacaosul.org/wp-content/uploads/2017/05/MA-CSS-PORT\\_final.pdf](https://articulacaosul.org/wp-content/uploads/2017/05/MA-CSS-PORT_final.pdf). Acesso em: 20 de jun. 2021.

RÊGO, Tainá. 2014. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/733/1/Monografia%20-%20Tain%C3%A1%20Cardoso%20DRE110059109.pdf>. Acesso em. 21 de jun. 2021.

RIST, Gilbert. **Le développement: histoire d'une croyance occidentale**. Paris: Presses de Sciences Po, 1996.

RIBEIRO, Livio. **O que esperar da China no que resta de 2021**. FGV. Instituto Brasileiro de Economia. 26 de maio 2021. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/o-que-esperar-da-china-no-que-resta-de-2021>. Acesso em: 20 de jun. 2021.

SANTOS, Roberta. CERQUEIRA, Mateus. Cooperação Sul-Sul: experiências brasileiras na América do Sul e na África. **Dossiê Bioética e Diplomacia em Saúde - Análise**, Rio de Janeiro, Vol. 22, No. 1, Jan./Mar. 2015. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702015000100023&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702015000100023&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 5 jun. 2021.

SOUZA, André. Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. **IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília, 2014, Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/repensando\\_a\\_cooperacao\\_web.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/repensando_a_cooperacao_web.pdf). Acesso em: 05 jun. 2021.

THE World Bank. IBRD. IDA. Data. **GDP (current US\$) – China, Brazil**. World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files. 2020. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2019&locations=CNBR&start=2000&view=chart>. Acesso em: 20 de jun. 2021.

THE World Bank. IBRD. IDA. **World Development Indicators**. Disponível em: <https://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators>. Acesso em: 5 jun. 2021.

UNITED Nations Development Programme. **Human Development Reports**. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/content/human-development-index-hdi>. Acesso em: 5 jun. 2021.

VIEIRA, Flavio. VERÍSSIMO, Michelle. **Crescimento econômico em economias emergentes selecionadas: Brasil, Rússia, Índia, China (BRIC) e África do Sul**. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 18, n. 3 (37), p. 513-546, dez. 2009. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/696/Economia%20e%20Sociedade%2037%20Artigo%204.pdf>. Acesso em: 19 de jun. 2021.

VILELA, Pedro Rafaela. Mercosul e UE fecham o maior acordo entre blocos do mundo. **CAMEX-Ministério da Economia**, [S. l.], jun. 2019. Disponível em: <http://www.camex.gov.br/noticias-da-camex/2229-mercosul-e-ue-fecham-maior-acordo-entre-blocos-do-mundo>. Acesso em: 5 jun. 2021.

